

O fim da política

08/09/2006

Publicado originalmente no Jornal Folha de São Paulo (03/09). Se preferir, [clique aqui](#), e acesse-o no site do autor.

Não é ao fim da política que estamos assistindo, mas à sua recomposição democrática num plano superior

TARSO GENRO*

A TESE do “fim da política”, ou da ditadura do economicismo sobre a vida pública, teve sua elaboração mais coerente no chamado Consenso de Washington, que pretendia extinguir a subjetividade política como momento de construção do mundo social.

A mesma tese volta agora em novas roupagens de direita e também tingidas por posições de “esquerda”. O niilismo não sem dignidade de uma parte da intelectualidade do país constata que a política se tornou inútil ante o novo sistema global de poder financeiro, ao qual todos se renderão.

Outras mentes acadêmicas brilhantes constroem a tese de que “o voto não é o mais importante da democracia” pois estão desgostosas com a aceitação de Lula, porque o povo “despreparado” não concorda com seus elaborados argumentos.

O que preocupa em tais teses não é o que essa parte da intelectualidade recomenda como negação da política, mas o que poderia recomendar se avançasse com coerência.

Como é certo que as pessoas não desistirão de fazer política, de interferir na vida social, de tentar mudar as instituições ou melhorá-las, as receitas são previsíveis. A consequência desse niilismo, decepcionado com a vida democrática, seria formar uma frente anti-Lula pelo voto nulo? Seria voltar-se para a “ação direta” extraparlamentar? Seria fazer um colégio eleitoral de colonistas mais honestos, dignos e “isentos” para eleger o presidente?

Na verdade, a crise de perspectivas de uma parte da velha esquerda é a mesma de uma parte da elite de direita, cujas recomendações para enterrar Lula não foram aceitas pelo povo.

A crise de perspectivas da esquerda vem do fato de que Lula é um “moderado”, quando eles queriam que fosse um revolucionário proletário. E a crise de perspectivas da direita vem do fato de que, “lamentavelmente”, o governo deu certo, melhorou a vida real dos brasileiros -e a maioria do povo não só entende mas também defende o seu presidente.

Certamente as objeções a Lula também se originam no fato de que, na cena política nacional (com a mesma volúpia de antes), apareceram erros graves e antigos. O quadro se agravou porque se tratava de um governo que tem compromissos com a luta contra a corrupção sistêmica. Nada foi encoberto. Todos os partidos foram alvejados -o que não era esperado pela elite tucano-pefelista, que comandou o país no tempo de FHC.

Esse processo, político e jurídico, desenterrou erros estrategicamente amplificados contra o PT, não só porque o PT havia criado o mito da sua pureza absoluta mas também porque era conveniente, para parte da oposição, degradar as relações políticas para tentar golpear o governo.

Na verdade, o PT será devedor, a médio prazo, por ter recebido tal vigor crítico, pois ele impulsiona o saneamento dos nossos vícios e a afirmação das nossas virtudes republicanas, que, de resto, qualquer partido democrático guarda, em maior ou menor grau, dentro de si.

As dificuldades para operar as mudanças que combinassem os interesses empresariais privados com políticas distributivas de certo alcance social e a situação pré-falimentar do país no fim do governo Fernando Henrique -atado ao FMI com a combinação de juros altos e inflação alta- levaram muitos à total impaciência.

O desfecho desse desencanto, nas suas diversas variantes, rapidamente se transformou em ódio de classe contra Lula e o PT. Até com ataques pessoais, como se viu em ameaças de agressão física ao presidente.

A “grande política”, no Brasil, não está no seu fim, mas no seu começo. As instituições estão funcionando regularmente, o lixo da corrupção sistêmica está sendo retirado de baixo do tapete, as eleições jogarão o país para um novo patamar democrático e já há consenso da necessidade de uma ampla reforma política, seja quem for o eleito em outubro.

Portanto, não é o fim da política que estamos presenciando, mas o seu recomeço. Insisto, não é ao fim da política que estamos assistindo, mas à sua recomposição democrática num plano superior. Neste, aqueles que não votavam em Lula porque identificavam nele um igual a si (incapaz), agora votam em Lula porque o julgam um igual a si (muito capaz). Só isso já bastaria para justificar sua reeleição.

TARSO FERNANDO HERZ GENRO, 59, advogado, é ministro da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República. Foi ministro da Educação (2004-2005), ministro da Secretaria Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (2003-2004) e prefeito de Porto Alegre pelo PT (1993-96 e 2001-02). É autor de “Utopia Possível” (Artes e Ofícios), entre outros livros.

Compartilhe nas redes: